

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PROPOSTAS PRÁTICAS: EXPERIÊNCIAS
EM AÇÕES NA CASA BORGES EM BARRA DO BUGRES – MT**

Priscila Waldow

Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso
Profa. do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Estado de Mato Grosso.
w.priscila@gmail.com

João Mário de Arruda Adrião

Mestre em Engenharia de Edificações e Ambiental pela Universidade Federal de Mato
Grosso.
Prof. do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Estado de Mato Grosso.
joamarioarquiteto@gmail.com

Em tempos em que o tema da educação parece ter sido colocada às margens dos discursos políticos, que põem à prova a atuação dos professores das redes públicas de ensino no Brasil, faz-se necessário dar voz às diversas ações e esforços que os profissionais da educação, muitas vezes sem quaisquer incentivos e recursos, têm promovido junto às suas instituições a fim de estender seu alcance, transcendendo os campi universitários para o raio de abrangência das comunidades locais.

O discurso anti-intelectual do governo Bolsonaro, os elevados cortes aos já estrangulados orçamentos, colocam a Universidade Pública brasileira em uma condição de vulnerabilidade, não apenas financeira, pois se vê na missão de lutar para demonstrar à massa o óbvio: As instituições públicas de ensino são fundamentais para a sociedade pelas inúmeras contribuições devolvidas a ela seja científicas, sociais, econômicas e/ou culturais entre outras.

Desconstruir o mito da balbúrdia promovida por universidades federais, segundo o atual ministro da educação¹, tem sido um esforço de educadores e alunos nos últimos meses, ao levar a universidade às ruas, a fim de que à comunidade conheça mais

¹ O ministro da Educação Abraham Weintraub afirmou no dia 30 de abril de 2019, que o Ministério da Educação (MEC) vai cortar recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e estiverem promovendo “balbúrdia” em seus campi. “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”, O ministro afirmou que, no ambiente universitário, acontecem eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, disse. Ele deu exemplos do que considera bagunça: “sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus” (Veja, São Paulo, Publicado em 30 abr 2019, 10h05. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>)

do que esta sendo produzido nos espaços acadêmicos. Deste modo, divulgar os projetos de extensão universitária, é de especialmente relevante para que se faça notório como à Universidade Pública atende imediata e diretamente a sociedade brasileira.

Neste sentido este artigo pretende apresentar as ações promovidas pelo projeto de extensão: Museu de Barra do Bugres – Restauração e Reabilitação da Casa Herculano Borges, institucionalizado pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), através dos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo João Mario de Arruda Adrião, Carlos Edinei de Oliveira, Priscila Waldow e a egressa do curso Mara Cristina de Oliveira Faccioni.

A casa de Herculano Borges ou apenas Casa Borges, é um edifício que faz parte da memória coletiva da comunidade de Barra do Bugres-MT, e nesse sentido, entende-se que o lugar histórico enquanto espaço físico pode ser utilizado como ferramenta de ensino e aprendizagem de variados temas que tangem a história, a cultura, a arte, a geografia, a sociedade entre outros temas, explorando recursos diante da interação do indivíduo com a fonte, nesse caso material.

A História da Arquitetura compreende o bem cultural, no caso do patrimônio edificado, como um testemunho histórico materializado e passível de ser entendido a partir da interpretação dos elementos que compõem sua historicidade, bem como da forma que fora concebido, sua técnica construtiva, os materiais utilizados, os elementos decorativos, sua relação com o sítio - o entorno em que está inserida, sua funcionalidade original no período em que fora edificado, os diferentes usos ao longo de sua existência, as alterações que sofreu e as intervenções a que fora submetido ao longo do tempo.

A técnica construtiva e os materiais utilizados testemunham aspectos econômicos e uma cultura construtiva do período em que fora edificado. O dimensionamento de um edifício histórico pode revelar aspectos singulares sobre o modo de vida da época e a representação social dos proprietários ou do governo que deteve a posse do monumento, entres outras características específicas.

Para além da pedra-cal, o elemento construído não é histórico por si mesmo, mas se faz pelo seu uso, pela sua relação com o passado e pelo modo como se torna

parte da memória coletiva. Assim, as pessoas é que são responsáveis por atribuir ao espaço seu significado, como lugares onde a memória encontra sentido a partir das experiências dos sujeitos com o passado. Para Ortigosa (2009) a relação da arquitetura das cidades com as lembranças, e como se dão as experiências com o passado, é o que forma a memória coletiva:

A arquitetura e os lugares da cidade constituem o cenário onde nossas lembranças se situam e, na medida em que as paisagens construídas fazem alusão a significados simbólicos, elas estão evocando narrativas relacionadas às nossas vidas. Assim, a maneira como interpretamos nossas experiências no espaço converte-se em nossa realidade e possibilita-nos dar significado ao nosso mundo físico. Com o passar do tempo, uma constelação de signos se estratificam na *memória coletiva* constituindo uma *cidade análoga*.

E acrescenta:

(...) a memória é constituída de impressão, de experiência e sua importância e significado especial estão no fato de que ela é o que nós retemos e o que nos dá a nossa dimensão de sentido no mundo

A proposta do projeto justifica-se pela relevância do município de Barra do Bugres – MT no cenário histórico, cultural e econômico brasileiro. São capítulos desta história: a extração da poaia², a passagem de sertanistas como Marechal Cândido Rondon, responsável pela criação do território indígena Umutina, o Padre Nicolau Badariotti que passou nessa região, incumbido de levantar o potencial econômico do norte de Mato Grosso. A história é marcada também pelo enfrentamento dos moradores com integrantes da Coluna Prestes em 1926, deixando como marca o monumento, erguido às margens do Rio Paraguai, em memória aos combatentes.

Quanto à questão cultural, o município abriga uma diversidade étnica significativa. Em seu território estão presentes povos indígenas (Aldeia Umutina), remanescentes quilombolas (Vão Grande), comunidades ribeirinhas (Colônia Z10), além de assentamentos rurais (Antônio Conselheiro e Cabaças). A população preserva a tradição da confecção da viola de cocho, danças típicas como o siriri e o cururu e a Festa de Santa Cruz manifestação cultural e artística que data do início da colonização.

A Casa Borges, situada nas proximidades das margens do Rio Paraguai, esta em uma área de interesse histórico do município por fazer parte do conjunto urbano de

² Planta medicinal que tornou-se conhecida no Brasil e no exterior devido suas propriedades farmacológicas (CORRÊA, 2009)

ruas, espaços públicos e edifícios que testemunham o princípio da formação da cidade de Barra do Bugres a partir do final do séc. XIX.

A Casa representa um patrimônio histórico, pois conserva aspectos da cultura construtiva típica da região, que Oliveira (2013) define como: *A arquitetura produzida em Barra do Bugres desde 1878 até a primeira metade do século XX é caracterizada como uma “arquitetura poaieira”. Esta caracterização se faz, pela vida econômica e cultural da localidade estar diretamente ligada a extração da poaia.*

O edifício em questão, uma antiga residência construída em 1955/56, pertenceu à família do Sr. Herculano e Dona Andreolina Borges, ele comerciante ativo no início da formação da cidade. A casa, construída em adobe, preserva muito das características arquitetônicas do início do processo de urbanização da cidade (FACCIONI, 2011)

Segundo Deina et all (2013):

A casa de características do período neocolonial tem sua fundação executada com pedra canga socada e paredes de adobe com 26 centímetro de largura revestidas com uma mistura de areia de goma (argilosa), com estrume de gado. A estrutura do telhado feita com madeira resistente sustenta a cobertura de telha cerâmica capa e canal do tipo Plan, que teriam vindo de Minas Gerais para substituir as telhas coloniais instaladas inicialmente. A fachada frontal teria sido feita com tijolo cerâmico maciço.

A relevância histórica do edifício transcende a história da família que a construiu e a habitou por décadas, mais do que seus aspectos físicos, estão nele implícitos traços da vida cotidiana da época, localizado no que outrora fora uma avenida comercial e bohemia, popularmente conhecida até hoje como Rua dos Bêbados, onde se concentrava boa parte de comércio e bares da cidade.

Por se tratar hoje de um edifício de domínio público municipal, tornou-se viável a parceria entre representantes da comunidade barrabugrense, a UNEMAT e a Prefeitura Municipal, no objetivo de propor a conservação do local a partir do seu uso, e este uso destinado a ações educativas que envolvesse a comunidade e em especial as escolas da rede pública de ensino.

O projeto de extensão conta com professores da área de arquitetura e história, e com o apoio de voluntários e educadores do ensino básico. As investigações históricas que reúnem o material de referência resultam de pesquisas e projetos de graduação,

realizados por acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo cujos temas tangenciam história do município e em especial da Casa Borges.

No primeiro semestre de 2019, Larissa Borges Lourenço, acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo, descendente da Família Borges, Bisneta do casal Herculano e Andrelina Borges; reuniu documentos, levantamentos arquitetônicos, entrevistas, imagens e fotos, para a elaboração do livro: “CASA BORGES: HISTÓRIA E ARQUITETURA POAIEIRA” que resulta da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso. O livro documenta informações relevantes da história da família, da casa e da cidade de Barra do Bugres.

Larissa motivou-se a conhecer mais afundo a história de sua própria família após ter contato com o projeto de extensão que faz uso da casa e explora as possibilidades de interação cultural da comunidade local. Seu trabalho trouxe valiosas contribuições para a documentação histórica a partir das informações recolhidas com a família, e em especial da Dona Andrelina Borges, que se encontra debilitada por sua idade avançada, 92 anos.

Todas as atividades propostas na casa têm finalidades educativas das mais diversas, o contato dos alunos e da comunidade com o edifício, propõe a experiência a partir de ações que viabilizam a vivência no espaço histórico, de modo a favorecer o conhecimento, o pensamento crítico e a apropriação da comunidade com a sua história, que de acordo com Zarbato (p. 36, 2017) são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

A Educação Patrimonial de acordo com o conceito de e Horta (1999, p. 6), que afirma:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Ao promover a consciência histórica é possível dar sentido à relação dialógica entre passado e presente, ou seja, os tipos de compreensão que os indivíduos revelaram acerca do significado do patrimônio no passado e no presente, a partir da ‘leitura’ das fontes patrimoniais, em termos de significância social – compreensão das ações humanas no passado – e de significância pessoal, nomeadamente de ideias acerca da relação passado-presente quanto a características sociais, económicas e culturais (PINTO, 2017, p. 214).

A Casa Herculano Borges, local destinado pela Prefeitura Municipal de Barra do Bugres à implantação do museu da cidade, esteve abandonada durante dois anos, desde que foi adquirida para este fim, em 2016. Ainda não possui registro de Tombamento, tampouco projeto ou planejamento de destinação de recursos para a conservação e restauração do edifício.

Figura 1 – Casa Borges

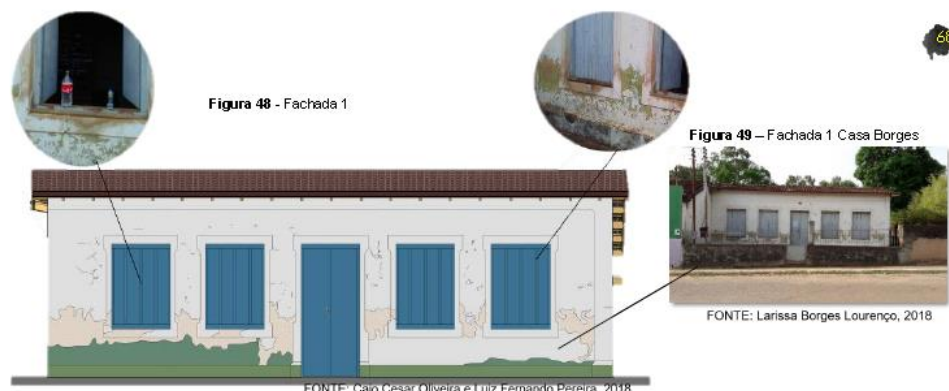


Fonte: acervo dos autores

Sem recursos financeiros, as ações, oficinas de arte, exposições realizadas no local, contam com o auxílio de voluntários, arrecadações e doações para manter seu funcionamento. A intenção se centra em viabilizar a partir da conscientização histórica, o sentimento de pertença e reponsabilidade da comunidade com seu patrimônio, na contramão de muitas políticas públicas, que por vezes atreladas à interesses econômicos individuais, destinam recursos para o restauro de edifícios, sem trabalhos preliminares que envolvam a comunidade que atestem a pertinência da obra.

Inicialmente foi desenvolvido, por alunos do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade do Estado de Mato Grosso, um levantamento técnico do estado da casa, com informações acerca dos danos e patologias manifestadas no edifício e diretrizes para ações de restauração.

Figura 2 – Parte do Levantamento Arquitetônico – Mapa de Danos do Edifício



Fonte: Caio César Oliveira e Luiz Fernando Pereira (2018)

O objetivo da documentação das condições físicas do edifício e do levantamento arquitetônico é gerar subsídios técnicos para futuras ações de recuperação e manutenção da casa, visto que essa carece de alguns reparos para que possa atender às atividades propostas com segurança aos visitantes, e também, para evitar a aceleração da degradação do espaço em função do uso.

Como as ações de recuperação e restauro demandam recursos e contribuições de profissionais com experiência na área, e assim podem levar anos até serem efetivamente implantados, os voluntários, professores e bolsistas do projeto de extensão, deram início às atividades em abril de 2018, usando o edifício da forma em que

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

encontrava. O intuito foi dar vida novamente à antiga casa a partir do uso, da frequência de pessoas, que se envolvem com as diversas atividades promovidas no local.

Figura 3 – Exposições e Oficinas aos alunos das escolas públicas na Casa Borges em 2018 e 2019



Fonte: Acervo dos autores

Viabilizar o contato de pessoas com o edifício facilita o aprendizado por meio da experiência, da vivência, e se torna uma ferramenta relevante para desenvolver conceitos ligados à consciência histórica que, de acordo com Rüsen (2011), tem a

função prática de fornecer uma orientação temporal que pode guiar a ação, intencionalmente, pela mediação da memória histórica, sustentada pelo conhecimento da história.

Além da técnica e da ciência, a sociedade é peça fundamental na engrenagem das questões do patrimônio cultural, justamente porque o patrimônio pertence a ela, e é a sua identidade que está expressa nos elementos que contam sua história. Por isso, discussões multidisciplinares que proponham a interação da comunidade a partir de iniciativas que fomentem a educação patrimonial, se fazem cada vez mais urgentes, através de ações da sociedade civil e de políticas públicas que promovam e mediam ações em via educacional, como descreve a cartilha do IPHAN sobre Educação Patrimonial - Histórico, Conceitos e Processos:

Qualquer que seja a ação implementada ou o projeto proposto, sua execução supõe o empenho em identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu Patrimônio Cultural, incentivando a participação social em todas as etapas da preservação dos bens. Nesse processo, cabe aos poderes públicos exercer o papel de mediador da sociedade civil, contribuindo para a criação de canais de interlocução que se valem, em especial, de mecanismos de escuta e observação³.

Durante o ano de 2018 e 2019, até o momento, nove atividades entre oficinas, exposições, e mostra de artes foram realizadas, com a participação expressiva das escolas da rede pública municipal e estadual e particular, contabilizando a frequência de 2.414 alunos, sem somar os demais visitantes.

É importante destacar que Barra do Bugres não conta com nenhuma casa cultural, museu ou qualquer espaço público dedicado à cultura. O contato da maior parte dos visitantes com a arte, a história através de exposições, se deu pela primeira vez na Casa Borges. A cidade que tem seu passado marcado pela exterminação de indígenas Umutina tem hoje a oportunidade de conhecer de perto sua arte, seus costumes, suas histórias, criando processo de valorização cultural pela educação.

No evento Expoarte⁴, um indígena Umutina apresentou aos alunos as pinturas corporais com tinta a base de jenipapo, e convidava-os a receber em seus corpos uma

³ IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. Ministério da Cultura, 2014.

⁴ Exposição organizada nos dias 17 a 21 de abril de 2019, com obras de artistas amadores da comunidade e dos acadêmicos da Unemat.

mostra das pinturas ritualistas do seu povo, além de poder conhecer o arco e flechas e experimentar manuseá-lo. Uma troca imediata de saberes, os olhares curiosos das crianças estavam diante de uma aula prática de cultura indígena.

Figura 4- Indígena Umutina em demonstração de pintura a base de jenipapo



Fonte: Acervo dos autores (2019)

Nas duas edições da Mostra de Artes, com exposições de arte regional, foram convidados os artistas expositores para acompanhar as atividades na casa, em pelo menos um dos dias do evento. As crianças se encantavam ao conhecer “um artista de verdade”, como elas mesmas definiam. Era possível testemunhar o artista em seu ofício, muitos produziram telas e peças de arte na Casa enquanto acontecia a exposição, e assim podiam ser observados pelos visitantes, durante seu processo criativo. Sem perceber, os alunos estavam diante de uma aula artes que desperta a sensibilidade artística a partir da experiência.

Em parceria com a Universidade Indígena-UNEMAT, nos dias 03 a 06 de julho realizou-se a Primeira Feira Intercultural Indígena de Mato Grosso, com exposição da cultura material e imaterial de povos de 28 etnias. Além da exposição de objetos, fotos e venda de artesanatos, algumas apresentações ritualísticas marcaram o evento.

Figura 5 – Primeira Feira Intercultural Indígena de Mato Grosso



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

As ações no Museu Casa Borges viabilizam os processos educativos em diversas áreas, como em história e artes plásticas e visuais, no intuito de promover a valorização do patrimônio e da cultura local. As atividades têm como característica a continuidade das ações, e assim tornam possíveis processos de identificação do indivíduo com a história, reforço da memória coletiva e sentimento de pertencimento. Fomentar o debate sobre o patrimônio é também, segundo Chagas (2013, p.31) um oportunidade de nos humanizar:

Trabalhar a poética do museu e a poética do patrimônio. Eis um desafio que importa encarar. Para além de suas possíveis serventias políticas e científicas museu e patrimônio são dispositivos narrativos, servem para contar histórias, para fazer a mediação entre diferentes tempos, pessoas e grupos. É nesse sentido que se pode dizer que eles são pontes, janelas ou portas poéticas que servem para comunicar e, portanto, para nos humanizar.

Por fim, o que temos experimentado ao longo desse primeiro ano de projeto de extensão, reforça a noção da relevância de democratizar o acesso à arte e a educação ao patrimônio, como uma das maneiras de transformar a sociedade. As ações continuam bem como a luta em defesa da Universidade Pública, gratuita e de qualidade!

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

CHAGAS, Mário. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. Educação patrimonial: educação, memórias e identidades.** Superintendência do Iphan na Paraíba / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Átila Bezerra Tolentino (Org.). – João Pessoa : Iphan, 2013. 108 p. : il. ; 30 cm. – (Caderno Temático; 3)

DEINA, S.; FURTADO, V. N.; REIS, V. B. G.; TIBURSKI, H. M.; TARDIVO, V. P. **Habitações históricas: Exemplos da cultura barrabugrense.** In: 1º Congresso Internacional de História da Construção Luso Brasileira. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória-ES. 2013.

FACCIONI, Mara Cristina de. **Museu de História para Barra do Bugres-MT: Proposta de implantação de museu na cidade de Barra do Bugres.** 106f. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Estado de Mato Grosso, Barra do Bugres-MT. 2011.

FLORÊNCIO, Sônia R. R.; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processo.** Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240>>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

OLIVEIRA, Carlos Edinei. **UNIVERSO DA POAIA E SEU PATRIMÔNIO CULTURAL: MARCAS DO TEMPO DE RONDON E DA COLUNA PRESTES.** XXVII Simpósio Nacional de História. Natal –RN, 2013.

ORTEGOSA, Sandra Mara. **Cidade e memória: do urbanismo “arrasa-quarteirão” à questão do lugar.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 112.07, Vitruvius, set. 2009 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/30>>.

PINTO, Helena. **A interculturalidade em Educação Patrimonial: desafios e contributos para o ensino de História.** *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 63, p. 205-220, jan./mar. 2017.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E APRENDIZAGEM HISTÓRICA: PERCURSOS EPISTEMOLÓGICOS NA HISTÓRIA ENSINADA.** *História & Ensino*, Londrina, v. 23, n. 1, p. 31-55, jan./jun. 2017.